

Entrevista – Mônica Lima

Martha Abreu*

Silvio de Almeida Carvalho Filho**

Mônica Lima possui uma longa experiência de ensino em História da África nos níveis fundamental, médio e universitário. Entre 1984 e 2010, atuou na rede pública estadual do Rio de Janeiro e no Colégio de Aplicação da UFRJ, onde também se dedicou à formação de professores de História. Atualmente é professora do Instituto de História da UFRJ e coordenadora do LEÁFRICA (Laboratório de Estudos Africanos). Além de atuar na formação de professores de História, Mônica Lima é referência na área de pesquisa e ensino de História da África, ministrando cursos e consultorias sobre a temática.

Como e quando você começou a se interessar pelo estudo de história da África? Foi antes ou depois da Lei 10.639/2003?

Meu interesse por História da África começou na faculdade, ainda que eu não tivesse na época a menor ideia dos conteúdos e discussões relativos ao assunto. Cursei História na UFRJ e, quando fiz a graduação, entre 1980 e 1983, não havia nenhuma disciplina sobre África, tampouco se falava sobre o tema em disciplinas cujos conteúdos necessariamente teriam que inserir a história do continente. Mas essa realidade não era exclusiva da UFRJ, era geral nos cursos de História em todo o Brasil. Se havia exceções, eram muito pontuais.

Ainda na graduação, como estagiária, fiz parte de um grupo de pesquisa que foi participar da identificação e organização da documentação cartorial do século XIX no município de Vassouras (RJ). Nesse trabalho eu lidava o tempo todo com processos envolvendo africanos, em sua maior parte cativos, mas alguns libertos. A leitura dos documentos me aproximou desse mundo, da

* Universidade Federal Fluminense (UFF). Campus do Gragoatá, bloco “O”, sala 421, São Domingos. 24210-350 Niterói – RJ – Brasil. martha.abreu@pq.cnpq.br

** Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Largo de São Francisco de Paula, n.1, sala 201, Centro. 20051-070 Rio de Janeiro – RJ – Brasil. silvioacf@gmail.com

presença africana na história do Brasil. Como disse antes, ainda não enxergava a África, apenas entrevia. E foi a partir dessa experiência, sobre a qual eu contava nas aulas em que participava como monitora em História do Brasil, que a professora da disciplina (Maria Conceição Pinto de Góes, hoje aposentada pela UFRJ) percebeu meu interesse sobre aspectos da vida dos africanos escravizados, principalmente as ações rebeldes – perceptíveis na documentação do Judiciário, com a qual eu trabalhava. Assim, quando ela soube do processo seletivo para um mestrado em Estudos de África no *Colegio de México*, me avisou e se dispôs a escrever uma carta de recomendação. Nesse momento eu já terminara minha graduação.

Para mim, México e África pareciam quase que igualmente distantes, em termos de conhecimento. Mas igualmente fascinantes. Parti para o processo seletivo, animada com a possibilidade de ser paga para estudar (raríssimo nessa época), e ainda mais aprender sobre um assunto desconhecido, e num lugar tão diferente. Fiz a entrevista, enviei cartas e um trabalho para avaliarem. Tudo por correio, não havia internet. Era o ano de 1985, primeiro semestre. E veio o resultado, a aprovação, a bolsa, a viagem, os medos e as descobertas. Conheci o *Colegio de México*, com seu excelente curso, e sua biblioteca extasiante (era mesmo), seu ambiente de estudo, professores com 100% de dedicação a um pequeno grupo de estudantes (éramos 14) também com dedicação integral aos “estudos de África”. E foi no México que meu interesse – e mais do que isso, minha paixão por História da África – se consolidou. Durante o mestrado dei as minhas primeiras palestras sobre História da África a estudantes de História em universidades mexicanas.

Trabalhar com ensino de História da África na formação de futuros professores e pesquisadores no Brasil foi algo que comecei mesmo em 1992, já de volta, depois do mestrado. Foi na UFMA, em São Luís, onde criei a ementa e ministrei pela primeira vez essa disciplina – e aonde voltei, em 1994, também para o mesmo fim. Como fui parar lá? Por indicação de José Maria Nunes Pereira, do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, um dos pioneiros nos estudos de África no Brasil, e que deu a aula inaugural o primeiro curso, em 1992. E depois vieram outras experiências semelhantes, em outras universidades. Sim, tudo isso foi bem antes da Lei 10.639/2003...

Como você avalia a implementação da Lei e das Diretrizes? Quais os impactos na situação atual do ensino de História no Brasil?

Podem dizer o que quiserem, que sou otimista demais, ou esperançosa demais, mas a Lei 10.639/2003, na minha avaliação, é uma lei que pegou. Falta fazer muita coisa, é certo, temos um país enorme, e o orçamento para a Educação deveria ser maior para que algumas iniciativas encontrassem um campo consistente de trabalho. Falta muita coisa, sim: professores sendo mais bem pagos, estimulados a estudar sempre e mais, escolas equipadas, com boas bibliotecas, acesso à internet... Mas, ainda assim, com toda a precariedade, com todas as ausências, percebo que há mudanças acontecendo em várias partes do Brasil, muitas por iniciativa dos próprios professores que criam projetos para suas salas de aulas e escolas, outras por ações das secretarias municipais e estaduais, além de organizações não-governamentais que atuam no campo da Educação. Em nível nacional temos o exemplo do que foi feito pelo projeto A Cor da Cultura, financiado pela Petrobras e implementado pela Fundação Roberto Marinho. O que muita gente não sabe é que esse projeto nasceu de uma organização ligada ao movimento negro, o Cidan (Centro de Informação e Documentação do Artista Negro). Antonio Pompeu, Luis Antonio Pilar e Wania Santana estiveram lá no início dessa história. E o A Cor da Cultura chegou a muitas escolas públicas brasileiras, foram dois mil professores na primeira fase (2006), e, na segunda fase (2011), mais do que o dobro disso. Foram produzidos materiais pedagógicos de boa qualidade, e está tudo disponível na rede. Por iniciativa oficial também está na rede a coleção da Unesco, a fundamental História Geral da África, com seus oito volumes. Tudo isso veio da Lei 10.639/2003. No Rio de Janeiro temos o Ceap (Centro de Articulação das Populações Marginalizadas), que anualmente dá um prêmio às redações feitas por estudantes de escolas públicas com temas referidos na Lei 10.639/2003. Isso sem falar de atividades promovidas por escolas e professores por seu próprio interesse e iniciativa, utilizando a lei como suporte para afirmar a importância de seus trabalhos. Eu mesma, nestes últimos 9 anos, já compareci a dezenas de eventos dessa natureza e tive notícia de outros tantos. E felizmente, não é só a escola básica que se mobiliza. Em setembro de 2010 participei de uma mesa na reunião da Anpuh regional de Santa Catarina, em Chapecó, sobre o tema. A Universidade Fe-

deral de Alfenas, em Minas Gerais, que já tem uma professora concursada de História da África, promoveu um encontro sobre o tema em 2011. Isso para citar duas iniciativas fora dos chamados ‘grandes centros’, e houve muitas outras. No Rio de Janeiro, universidades públicas e privadas promoveram seminários específicos sobre ensino de História da África. Não tenho dúvida que a Lei 10.639/2003, ampliada pela Lei 11.645/2008, que trouxe junto a história indígena, tem a ver com esses eventos acadêmicos. E as diretrizes, com todas as críticas que se possa fazer a determinadas abordagens sugeridas, têm toda uma importância ao reforçar o papel das universidades, em seus diferentes cursos, em assumirem sua responsabilidade na preparação dos profissionais promovendo os estudos nesse campo. Até vir o parecer do Conselho Nacional de Educação em julho de 2004, muita gente pensava que a obrigação era só dos professores de História da Educação Básica. As diretrizes vieram problematizar isso. Com direta relação com essas mudanças no ensino, as pesquisas no campo se ampliam, o CNPq tem a linha PróÁfrica, que já vem sendo utilizada para projetos conjuntos com instituições africanas, inclusive o Arquivo Nacional de Angola. O estímulo à pesquisa alimenta as salas de aula. Nos últimos anos, diversos concursos para professores de História da África têm sido feitos nas universidades brasileiras. É um campo em construção, e a legislação contribuiu muito para que se abrisse. E nós, professores de História da África, estamos também contribuindo para uma melhor formação de professores e pesquisadores de História. Afinal, estudar a humanidade sem conhecer as sociedades africanas era uma lacuna enorme nos cursos de História, fruto do viés eurocêntrico a partir do qual foram pensados. E evidentemente todos concordam que estudar a história da África é essencial para compreender o Brasil. E ainda há outros ganhos. Citando Alberto da Costa e Silva, historiador de ofício e grande africanista, no prefácio ao seu livro *A enxada e a lança*, “Conhecer a história da África nos faz melhores. Enriquece a consciência do nosso passado. Soma-se aos enredos europeus, que sempre estiveram nos currículos de nossas escolas, e aos ameríndios, que neles deveriam estar, e abre nossa alma a outras memórias. Se aprendemos na escola com pormenores o que se passou em Atenas ou Roma antigas, por que descurarmos de Axum, de Songai e de Ifé?”.

O que você recomendaria aos professores de história que começam a tentar implementar a Lei e as diretrizes?

Recomendo aos professores, meus colegas, que sempre procurem ver a história da África além da escravidão atlântica e das relações com o Brasil escravista. E estimular que seus alunos passem a fazer o mesmo. Sabemos que é um campo muito marcado por essa herança. Isso não é necessariamente ruim, claro que não. Mas, é importante ampliar o olhar, no tempo e nos espaços. A história da África do Sul deve integrar nosso campo de estudo e nossas aulas, assim como a África do Norte, e o Sudão, a Etiópia... Tudo ao seu tempo e em seu lugar, dentro dos temas escolhidos para o trabalho pedagógico com história. Mas mostrar a riqueza e a diversidade da África e dos africanos é essencial. Como disse Joseph Ki-Zerbo, no primeiro volume da *História Geral da África*, listando os grandes princípios da obra: “essa história é a história dos povos africanos em seu conjunto”.

Recomendo também que utilizem as referências às heranças africanas no Brasil nos estudos de história do Brasil e, sempre que estiverem presentes, nos estudos de história da África. Sim, essa ponte sobre “o rio chamado Atlântico” (novamente cito Alberto da Costa e Silva) deve ser construída, e reconstruída. Aliás, isso tornará os estudos de história da África mais próximos aos estudantes. E a cultura e a história dos descendentes de africanos no Brasil ficarão mais fáceis para se compreender. E por consequência, a história do Brasil será mais completa, mais inteira, mais autêntica.

Recomendo todos os cuidados com os grandes perigos: a idealização, a simplificação, a excessiva generalização. A história da África é uma história de sociedades humanas, que desenvolveram organizações políticas e econômicas nem sempre pautadas na igualdade e na fraternidade. Não existe um africano essencializado, nem na África, aquele imenso continente, nem no Brasil, com toda a diversidade de origens e povos entre os que foram para aqui trazidos. Portanto, sempre no plural. Parece óbvio, mas é uma questão fundamental, e ainda a ser trabalhada melhor. Há aspectos em comum, entretanto, que podem e devem ser ressaltados na compreensão das africanidades – e para tanto, leiam, entre outros, a Kabengele Munanga, que, no Brasil, trouxe importante contribuição do campo da Antropologia. E, para saborear a rica e encantadora diversidade das muitas áfricas, leiam, além dos historiadores, obras de au-

tores africanos nas suas diversas expressões no campo da Literatura. Leiam e levem para seus estudantes lerem: poesia, contos, romances. Tudo isso iluminará suas aulas de História da África.

Para mais e melhor ainda: levem músicas, e sempre que possível, imagens em movimento (filmes, documentários) às suas salas de aula. Ver as muitas caras da África, suas questões, suas paisagens. Nada tão produtivo como assistir, comentar e trabalhar sobre esse tipo de material. Para se aproximar e entender as muitas heranças vivas da África no Brasil, igualmente: nada como ver e (re)conhecê-las em documentários produzidos para esse fim, com todas suas cores e sonoridades. Há muitos recentemente produzidos, alguns deles na internet – é só baixar! A África e as heranças africanas – a presença africana – no Brasil devem ser apresentadas em toda sua riqueza e beleza, para encantar, e fazer com que seja motivo de orgulho, para fomentar atitude positiva.

Ensinar história da África e história dos africanos e negros no Brasil é, sim, um instrumento na luta contra o racismo. E isso não faz as nossas aulas, as nossas pesquisas, os nossos trabalhos, algo menos acadêmico. Ao contrário. Nosso campo de estudo tem a profundidade e a consistência do trabalho de profissionais de História, junto ao compromisso na formação de pessoas e na construção de um conhecimento que contribua para a afirmação de valores mais humanos e mais solidários.